

11 JUN 2003

■ NACIONAL

Economia Brasil

FINANÇAS PÚBLICAS

Gastos ministeriais são insumo para manter política econômica

Luciana Otoni
de Brasília

Os ministérios que não são da área social começaram a gastar mais em maio em comparação à média mensal dos quatro primeiros meses do ano. A iniciativa sinaliza que as pastas relacionadas à infra-estrutura e ao desenvolvimento estão sendo preparadas para fornecer ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o insumo político necessário para que a austeridade fiscal e monetária seja mantida e tolerada.

Ao apresentar na Comissão Mista de Orçamento e Fiscalização do Congresso Nacional o relatório de cumprimento da meta de superávit primário, fixada em 4,25% do PIB, para o primeiro quadrimestre, o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, afirmou que já se observa maior dinamismo na execução orçamentária. "É natural que o ritmo se acelere. Há diversas evidências e o Ministério dos Transportes é um excelente exemplo de como as estratégias estão sendo bem definidas e com isto imprime um ritmo esperado para alcançarmos as metas no fim do ano sem problemas", disse.

No relatório apresentado ontem aos parlamentares, Levy informa que nos primeiros quatro meses do ano os ministérios da área social (Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social e Previdência Social) gastaram 90% de seus limites

de pagamento. No mesmo período, o percentual de realização dos demais ministérios ficou em 70% já considerados os limites fixados em decorrência do decreto de contingenciamento de R\$ 14,1 bilhões.

"O ritmo continua bem, varia de programa para programa. O importante é que nos meses iniciais houve continuidade dos gastos na área social. Os ministérios ainda dispõem de recursos e não houve nenhum tipo de controle na boca do caixa, nada disto, na execução do Tesouro", ressaltou Levy.

A aceleração da execução orçamentária detectada pelo Tesouro em alguns ministérios está também relacionada ao adicional de receita autorizado pelo presidente Lula no montante de R\$ 1,4 bilhão em maio. No primeiro quadrimestre do ano, o superávit primário obtido pelo governo federal atingiu R\$ 25,4 bilhões, 4,70% do PIB. O resultado ficou acima da meta de R\$ 20,7 bilhões, o equivalente a 4,25% do PIB do período.

Responsável pela administração das receitas e despesas e pelo repasse dos recursos aos demais órgãos do governo federal, Joaquim Levy foi ontem cobrado pelos parlamentares da comissão sobre o impacto recessivo do contingenciamento de R\$ 14,1 bilhões somado à elevação da meta de superávit para 4,25% do PIB e da manutenção.